

Memória e história da imprensa: as associações profissionais e a conformação do *ethos* jornalístico¹

Hérica LENE²
Rafael LOPES³

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Resumo:

No âmbito dos estudos de História da Comunicação do Brasil, as associações de imprensa são agentes constituintes da identidade da categoria dos jornalistas. Qual o papel que desempenham para esse grupo de profissionais? Que valores partilham e enfatizam em seus discursos? O objetivo deste artigo é resgatar um pouco trajetória de duas entidades que têm a mesma sigla – a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), criada no Rio de Janeiro em 1908, e a Associação Bahiana de Imprensa (ABI), fundada em Salvador, em 1930 –, discutindo o papel dessas entidades para a conformação do *ethos* jornalístico. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas. Buscamos como aportes teóricos estudos de memória (HALBWACHS, 1990; NORA, 1993; POLLAK, 1989); de história da imprensa (SODRÉ, 1999; BAHIA, 2009; BARBOSA, 2000 e 2010; e RIBEIRO, 2007); e sobre a profissão (TRAQUINA, 2004).

Palavras-chave: Comunicação; Jornalismo; Memória e História da Imprensa; Associação Brasileira de Imprensa (ABI); Associação Bahiana de Imprensa (ABI).

Introdução

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) completou 105 anos em 7 de abril deste ano e virou notícia em pelo menos dois dos principais jornais de circulação nacional: *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Mas não foi pela comemoração de aniversário que ganhou valor-notícia e foi parar nas páginas dos tradicionais periódicos. Suposta “crise financeira e política” e a eleição da diretoria, realizada no dia 26 de abril, serviram de gancho jornalístico. O desentendimento do atual presidente, Maurício Azêdo, com um membro da chapa oposta, teria motivado o levantamento sobre a situação da entidade.

A polêmica recente em torno da ABI desperta para uma reflexão acerca do papel da entidade com relação à categoria. Que contribuições associações trazem para a profissão e para o jornalismo enquanto campo? Que valores partilham e enfatizam em seus discursos? Qual é a sua importância para a categoria? Qual é seu papel na conformação do *ethos* jornalístico?

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ (2009), mestre em Comunicação pela UFF (2004) e professora do curso de Comunicação da UFRB. E-mails: hericalene@yahoo.com.br .

³ Graduando em Jornalismo pela UFRB e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb). E-mail: raufis@gmail.com.

O objetivo deste artigo é justamente, no âmbito dos estudos de História da Comunicação, discutir essas questões e resgatar um pouco da trajetória de duas associações representativas que compartilham a mesma sigla: a ABI, criada em 1908 no Rio de Janeiro, e a Associação Bahiana de Imprensa (ABI), fundada em 1930, em Salvador.

Esta abordagem, que faz parte do projeto *Memória e História da Imprensa*⁴, foi desenvolvida a partir de pesquisa bibliográfica, entrevistas e análise documental que, por sua vez, compreendeu a identificação e a verificação de pesquisas existentes sobre as associações, funcionando como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos (MOREIRA, 2005, p. 269-279). Os livros comemorativos dessas instituições também foram materiais auxiliares.

A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas. Os relatos de jornalistas que estiveram envolvidos diretamente com essas instituições foram fundamentais para ajudar a resgatar a memória das ABIs.

Ao buscar os depoimentos, levamos em conta que as lembranças, apesar de pertencerem aos indivíduos, se originam na sociedade. Os sujeitos só lembram a partir do ponto de vista de um grupo social específico, ao qual de alguma forma se vinculam (HALBWACHS, 1990). Memória é experiência vivida, configurada pela dialética lembrança e esquecimento, lugares de disputas, conflitos, na busca incessante por sentidos coerentes e unívocos (NORA, 1993).

É um processo de ordenamento, de produção de sentido, que pressupõe enquadramentos, esquecimentos e silêncios. Fatos e aspectos do passado são recordados e enfatizados a partir da relevância que eles têm para os indivíduos que recordam pela sua contribuição na construção da identidade e das relações pessoais (POLLAK, 1989).

O ponto de partida de qualquer ato mnemônico é o presente. A memória, por ser essencialmente discurso, é sempre contextual e dialógica. A sua organização está ligada a processos de seleção e enquadramento, resultantes de conflitos e negociações que os sujeitos travam em situações sociais concretas. Assim, os relatos dos ex-presidentes fazem um processo de ordenamento dos principais fatos que eles consideram como importantes para a construção da história das instituições.

⁴ Inicialmente desenvolvido com o apoio do CNPq, e coordenado pela autora, é a atividade principal do Grupo de Pesquisa “Comunicação, identidades e memória” do curso de Jornalismo da UFRB. Inclui realização de pesquisas dentro da área de História da Comunicação e a atualização da base de dados on-line: www.memoriadaimprensa.com.br.

1. A ABI e os “proletários intelectuais”

A criação da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, em 1908, foi uma consequência das transformações da imprensa dentro do contexto histórico do início do século XX. A fase compreendida entre o último quartel do século XIX e o início do seguinte é considerada por historiadores, como Tania Regina de Luca (2008, p.149), como um período de inflexão na trajetória da imprensa brasileira.

Naquele momento, a produção artesanal dos impressos, graças à incorporação dos avanços técnicos, começou a ser substituída por processos de caráter industrial, marcados pela especialização e divisão do trabalho no interior da oficina gráfica e a consequente diminuição da dependência de habilidades manuais. Máquinas modernas de composição mecânica e rotativas cada vez mais velozes alteraram o processo de compor e reproduzir textos e imagens, e passaram a ser utilizadas pelos periódicos de algumas das principais capitais brasileiras.

Se, por várias décadas, a luta política constitui-se no motor fundamental do jornal, o foco passou a ser o negócio, em busca de aumento de tiragem e do número de páginas e da oferta de uma mercadoria mais atraente.

Esse contexto foi marcado pelo final da escravidão, instauração do regime republicano e seu ideal de reformar o ensino e disseminar o letramento, prosperidade trazida pelo café, crescimento dos centros urbanos e do setor de serviços, com particular destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo (LUCA, 2008, p. 150).

É nesse bojo de transformações que surge a ABI. A organização criada para agrupar os jornalistas decorreu do desenvolvimento da imprensa, da importância que ela conquistara e das novas condições que se apresentavam, peculiares à imprensa industrial, nas grandes cidades. “Atingida a etapa da grande imprensa, estabelecida esta em moldes capitalistas, surgiria, necessariamente, a organização agrupadora dos que nela trabalhavam, os profissionais, os jornalistas” (SODRÉ, 1999, p.307).

A iniciativa de criação foi do jornalista Gustavo de Lacerda, que convidou outros oito profissionais de imprensa para a fundação da ABI. Sua bandeira principal: a defesa da liberdade. E esse tem sido seu discurso legitimador de uma instituição que pretendeu não se limitar a ser uma entidade de assistência aos jornalistas.

Nos seus 105 anos de sua existência, cerca de um terço decorreu em um ambiente de frustração dos direitos civis e de sonegação da liberdade de imprensa e dos direitos que a integram: o de informar, o de acesso às fontes de informação, o de opinar e, neste, o de

discordar, de dizer não. Estes direitos foram ressaltados pelo jornalista e jurista Prudente de Moraes, na época em que foi presidente da ABI (gestão de 1975 a 1977).

Foram quatro anos do mandato do presidente da República Artur Bernardes (1922-1926), que governou praticamente sob estado de sítio, os oito anos do Estado Novo (1937-1945) e os 21 anos da ditadura militar (1964-1985). Como registrou o atual presidente da ABI, Maurício Azêdo, na edição especial do *Jornal da ABI* de comemoração do centenário, em abril de 2008, a entidade atuou como defensora dos direitos dos jornalistas e dos veículos de comunicação, submetidos não apenas à censura, mas à privação da liberdade, da integridade física e, em numerosos casos, da vida. Escreveu Azêdo:

A ABI pode proclamar o seu orgulho de ter servido ao país nos diferentes campos em que teve ensejo de atuar: na elevação do padrão técnico, ético e cultural do jornalismo brasileiro, na defesa do melhor interesse nacional, expresso sobretudo no estímulo à criação da histórica campanha *O petróleo é nosso*, na exaltação da democracia na melhor forma para a convivência social e a solução de conflitos (AZÊDO, 2008, p.12).

Sua principal bandeira sempre foi a liberdade de imprensa. A questão é, aliás, de maneira geral, muito cara a jornalistas de diferentes perfis. Trata-se de um importante elemento na construção da identidade profissional (RIBEIRO, 2007, p. 310). Em diferentes conjunturas da história do País, a ABI procurou defender a pessoa do jornalista, intercedendo por ocasião de prisões e inquéritos abertos contra profissionais. Nos seus boletins, sempre havia denúncias de fechamento de jornais e agressões a jornalistas. Durante a ditadura militar, denunciou várias atos de violência praticados contra jornalistas e os veículos de comunicação. Assumiu um papel de trincheira na reconquista dos direitos da imprensa.

O principal objetivo da ABI era assegurar à classe jornalística os direitos assistenciais e tornar-se um centro poderoso de ação. Segundo o próprio Lacerda, seria um campo neutro em que se pudessem abrigar todos os trabalhadores da imprensa.

A história da fundação da ABI se confunde com a de seu idealizador, o catarinense Gustavo de Lacerda. Em uma pequena sala na sobreloja do imóvel onde funcionava a Caixa Beneficente dos Empregados do jornal *O País*, Lacerda se reunia com outros colegas de redação para discutir sobre a instituição que pretendiam fundar. Ele, Mário Galvão e Amorim Júnior foram incumbidos da elaboração do primeiro projeto de estatuto da ABI.

Socialista convicto, Lacerda não concordava com a ideia de que os jornais fossem empresas, dando lucro a seus acionistas. Deveriam ter uma missão social e funcionar como cooperativas de cujos interesses participassem todos os seus membros, dos diretores aos

mais modestos colaboradores. Ele lutava “pela transformação do panorama econômico e moral dos proletários intelectuais”, como denominava os jornalistas.

Participou dos primeiros movimentos operários de alguma importância ocorridos no Rio de Janeiro, foi um dos animadores do Centro Operário Radical, que funcionou no Rio por volta de 1892, e atuou como colaborador do programa dessa entidade, abordando o problema da reforma agrária e do combate aos privilégios e monopólios (SODRÉ, 1999, p. 308). Era a fase das resistências dos operários, organizações de união e defesa dos trabalhadores.

No programa de fundação da ABI Lacerda expôs reivindicações que só apareceriam na Revolução de 1930. É dele a ideia de manter uma biblioteca aberta ao público, com o objetivo de atender não apenas às necessidades de informação cultural dos jornalistas, mas também à população da cidade do Rio de Janeiro.

Coube à primeira Diretoria a função de consolidar e ampliar a iniciativa, mesmo com muitas dificuldades. Os fundadores eram tratados como indesejáveis e muitos esforços foram empreendidos com o objetivo de vencer o descaso e a hostilidade por parte de dirigentes de veículos de comunicação. A ABI era composta, segundo alguns cétricos da época, por um grupo de malandros chefiados por um anarquista perigoso (Lacerda).

Naquele momento, o meio jornalístico encontrava-se disperso e, portanto, desfavorável a qualquer ideal de solidariedade profissional. Mas em busca de autodefesa e de prestigiar a classe à qual pertenciam, os homens de imprensa foram aderindo à entidade.

Lacerda representa um dos ícones da ABI e também da categoria pela iniciativa de criar uma instituição que cuidasse dos direitos dos jornalistas. Ele vivia da profissão, trabalhava em *O Paíz*, onde a remuneração quase sempre vinha em forma de vales atrasados. E teve de buscar outras atividades para viver (PEREIRA, 2008, p. 35). Não foi um jornalista famoso, nem se valeu do trabalho na imprensa para galgar posições na política ou na administração pública, como era comum em seu tempo. No fim do Império e durante décadas após a proclamação da República, os jornais costumavam dividir as tarefas em castas, em que os repórteres exerciam atividades subalternas, sem o direito de assinaturas, enquanto os textos assinados eram privilégios dos donos dos jornais, dos políticos e, sobretudo, dos bacharéis que dominavam então as ciências humanas.

O fato que projetou Lacerda na vida pública brasileira foi mesmo o movimento pela criação da ABI, fruto de sua pregação socialista, da batalha pela união dos repórteres visando à melhoria das condições de salário e de trabalho, do papel que vislumbrava na formação

profissional por meio do processo educacional, e do desejo de ver os jornalistas mais protegidos e valorizados (PEREIRA, 2008, p. 35).

Os objetivos constam dos estatutos, obra pessoal de Lacerda: criar e manter uma caixa de pensões e auxílios para os sócios e suas famílias; manter o serviço de assistência médica e farmacêutica; instalar o Retiro da Imprensa para os idosos; manter uma sede social no centro da cidade com biblioteca, salas de conferência; habilitar por meio de título de capacidade intelectual e moral os pretendentes ao título de jornalismo; instituir a Carteira de Jornalista.

Aos 50 anos, Lacerda era um homem doente. Sem trato e ganhando pouco, via chegar o fim da vida sem ter sua velhice assegurada. Meses após fundar a ABI, foi internado por desnutrição, e como indigente, na Santa Casa de Misericórdia. Morreu no dia 4 de setembro de 1909, aos 56 anos, fato registrado por todos os principais jornais do Rio de Janeiro e com homenagens sempre ressaltando seu amor à profissão, sua luta pela unidade dos jornalistas e a fundação da ABI. Morel (1985, p. 45) ressalta: “Gustavo de Lacerda não tem rua, nem túmulo. Até a *causa mortis* foi deturpada. Arteriosclerose, nunca. A verdadeira foi: desnutrição, fome”.

O vice-presidente da ABI na época, Francisco Souto, um dos dirigentes do *Correio da Manhã*, completou o mandato de Lacerda no período de setembro de 1909 a maio de 1910. Nessa fase, a ABI não tinha prestígio porque quase todos os donos de jornais a sabotavam. O mérito de Souto foi impedir que ela sucumbisse por inanição.

O mandato seguinte foi de Dunshee de Abranches (de 1910 a 1913), que deu continuidade ao programa proposto por Lacerda: instituição da Carteira de Jornalista, que permitia a livre entrada em cinemas e espetáculos; regularização dos serviços médicos; criação dos fundos de assistência jurídica e funerais; e elaboração dos projetos da Escola de Jornalismo e do Anuário da Imprensa Brasileira (MOREL, 1985, p. 58; e RIBEIRO, 2007, p.309).⁵

Outro presidente de destaque foi Herbet Moses, que assumiu o cargo em 1931, permaneceu por 33 anos e entrou para a história da ABI como o seu consolidador. Ele reformou as instalações da instituição na rua do Passeio para oferecer mais conforto aos associados.

Ao longo das duas primeiras décadas de existência – quando o Rio de Janeiro era ainda capital da República – a ABI acomodava-se em espaços alugados e, em tempos piores, sem

⁵ No início da história da ABI, foram presidentes também os seguintes jornalistas: Belisário de Sousa (de 1913 a 1916, que renunciou antes do final do mandato); Raul Pederneiras (completou o mandato do antecessor e foi presidente em 1916 e 1917 e de 1920 a 1926); João Guedes Mello (de 1917 a 1918 e 1919 a 1920); Dario de Mendonça (de 1918 a 1919); Barbosa Lima Sobrinho (de 1926 a 1927; de 1930 a 1931 e teve ainda outros três mandatos pós-1964); Gabriel Bernardes (1927-1928); Manuel Paulo Filho (de 1928 a 1929); e Alfredo da Silva Neves (de 1929 a 1930).

condições de pagar aluguel, hospedou-se até no Quartel da Polícia Militar. Entre 1908 e 1942, passou por sete sedes. Só nos anos 1930 o sonho da sede própria se tornou realidade. Leis municipais de 1921 e 1922, não cumpridas, concederam terreno para edificação da sede própria (SODRÉ, 1999, p.309).

Ela foi construída sob a liderança de Herbert Moses, em terreno doado pelo prefeito Pedro Ernesto. O projeto, que representou um marco na arquitetura moderna brasileira, é de autoria dos irmãos Marcelo e Milton Ribeiro (RIBEIRO, 2007, p. 309). A sede definitiva, na rua Araújo Porto Alegre, nº 71, foi posteriormente incorporada ao Patrimônio Artístico e Histórico do Brasil e leva o nome de Herbert Moses. Foi inaugurada em 10 de setembro de 1938.⁶

Durante a ditadura militar, a ABI reativou a Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa, grupo criado por Herbert Moses, durante o Estado Novo, para proteger os jornalistas perseguidos pelo governo.

Apesar dos protestos e das críticas à repressão, as relações entre a ABI e o Estado foram preservadas, o que foi bastante contraditório para uma instituição que se arvorou em defesa da liberdade. Esta era, aliás, uma tradição da entidade. Seus líderes sempre mantiveram relações cordiais com o governo. Fato que lhe gerou muitas críticas. Herbert Moses, por exemplo, foi muito censurado por sua proximidade com Getúlio Vargas. Durante o Estado Novo, alguns conselheiros da ABI chegaram a exigir o seu rompimento com o presidente.⁷ Eles argumentavam que não era possível receber favores de um ditador que esmagava a liberdade de imprensa. Mas Moses era pragmático. Achava que aquela era uma tática legítima, que lhe possibilitava obter benefícios materiais para a entidade. Afirmava que, recebendo ou não auxílios oficiais, o governo não recuaria na repressão à imprensa. Além disso, ele poderia, dessa forma, manter canais abertos de negociação que lhe permitissem interceder por jornais e jornalistas perseguidos (RIBEIRO, 2007, p.311).

É interessante observar que uma instituição criada com a bandeira de luta pela liberdade mantivesse relações tão estreitas com o poder, na pessoa de seu presidente, mesmo nos

⁶ Depois de 1964, foram presidentes da ABI: Celso Kelly (de 1964 a 1966); Elmano Cruz (de fevereiro a maio de 1966 e de maio de 1974 a agosto de 1975); Danton Jobim (de 1966 a 1972 e fevereiro de 1978); Adonias Filho (de 1972 a 1974); Líbero de Miranda (de 27 de agosto a 6 de setembro de 1975); Prudente de Moraes Neto (de 1975 a 1977); Fernando Segismundo (de julho a setembro de 1976 e de dezembro de 1977 a fevereiro de 1978 e depois de 2000 a 2004); e Barbosa Lima Sobrinho (que já tinha sido em 1926-1927 e 1930-1931, ocupa novamente o cargo de 1978-1980, de 1980-1982 e de 1984-1986).

⁷ Essas críticas se estenderiam ao período democrático. Durante o segundo governo Vargas, em agosto de 1952, Moses ofereceu na sede da ABI um almoço a Vargas e a seu ministro de Guerra, general Espírito Santo Cardoso, contando com a presença de mais de 40 generais. O episódio provocou muitos protestos, sobretudo da *Tribuna da Imprensa*. Carlos Lacerda, em um violento artigo, afirmou: “Se o sr. Moses está com fome e quer comer com Vargas, sirva-se, mas não em nosso nome” (MOREL, 1985).

períodos de supressão de liberdade. O objetivo do governo era a construção do consenso, o que, durante o Estado Novo, gerou a adesão por parte de jornais a seu projeto, com um processo de cooptação da imprensa, fundamental para a divulgação da mítica do novo Estado.

Outro importante ícone da história da ABI foi Barbosa Lima Sobrinho, que lutava por ideais nacionalistas e via sua profissão como um meio de levar a população brasileira à conscientização política e social. Em 1926, aos 29 anos de idade, assumiu pela primeira vez a presidência. Lutou pela unidade associativa, conseguindo incorporar outras entidades similares, como o Clube de Imprensa e a Associação de Imprensa Brasileira (RIBEIRO, 2007, p.309). Durante seu quarto mandato, em 1992, foi o responsável direto pelo pedido da abertura do *impeachment* de Fernando Collor de Mello e o primeiro orador inscrito para defender o processo.

A ABI acabou por se constituir não apenas como um espaço de negociações e resistências, mas também como um lugar de sociabilidade, de encontro, de bate papo e de discussões. Em 1948, já funcionavam na sede nova da entidade, do 6º ao 13º andar, todos os seus serviços: a Clínica Pedro Ernesto (que tinha dez médicos), a administração, a biblioteca, o auditório (com capacidade para 800 pessoas), a discoteca, a sala de estar, o restaurante, o bar no terraço, a barbearia, o salão de leitura, bilhares, jogos de salão e, pouco tempo depois, também TV (MOREL, 1985, p.142).

A entidade foi se fortalecendo nacionalmente. Em 1940 já contava com 3.880 sócios (*ibid.*). Ao longo do tempo foi se adaptando e ajustou seus estatutos às diversas situações socioeconômicas da indústria jornalística. Como disse Fernando Segismundo, em 1969:

Além das finalidades fundamentais, a associação deve interpretar o pensamento, as aspirações, os reclamos, a expressão cultural e cívica de nossa imprensa; preservar a dignidade profissional dos jornalistas – e não apenas a de seus sócios; acautelar os interesses da classe; estimular entre os jornalistas o sentimento de defesa do patrimônio cultural e material da Pátria; realçar a atuação da imprensa nos fatos da nossa história; e colaborar em tudo que diga respeito ao desenvolvimento intelectual do País.⁸

Atualmente, de acordo com dados do site oficial da entidade, a ABI tem 8,3 mil associados. A diretoria está nas mãos de Maurício Azêdo desde maio de 2004. Ele está no terceiro mandato consecutivo (2010-2013) e foi reeleito no pleito de 26 de abril de 2013. Nos anos

⁸ Cf. “História da ABI” no site oficial: <http://www.abi.org.br/paginamenu.asp?id=8>. Disponível em 11 de janeiro de 2012.

1970, foi o principal editor do antigo *Boletim ABI*, que foi um dos jornais de contestação do regime militar no campo das liberdades públicas, dos direitos civis e dos direitos humanos. Na gestão Prudente de Moraes, Azêdo liderou em 1975-1976 os trabalhos de reabertura e reorganização da biblioteca da ABI (Biblioteca Bastos Tigre), que havia sido fechada nos anos 1960, na gestão Celso Kelly, para locação do pavimento que ocupava, e seu acervo confinado em um cercado no saguão do 9º andar do Edifício Herbert Moses e em desvãos entre pavimentos pouco usados.

Em 1976, quando a ABI era uma das entidades da sociedade civil que mais se destacava na defesa das liberdades democráticas, um ato terrorista destruiu todo o 7º andar do edifício-sede da instituição, onde funcionavam o Conselho e os serviços administrativos e a Presidência. As autoridades nunca conseguiram identificar os autores do atentado a bomba. Na sede da ABI, em 1988, foi realizada a última reunião do Conselho Federal de Censura, liquidado pela nova Constituição. A despedida aconteceu na Sala Belisário de Souza, em 28 de setembro de 1988. No mesmo dia o presidente José Sarney assinou o decreto instituindo o Conselho de Defesa da Liberdade de Criação e de Expressão, para o qual foram designados representantes da ABI.

1.1.2 Contribuições à profissionalização e formação do jornalista

A ABI atuou como instituição simbolicamente estimuladora da profissionalização e da valorização da profissão de jornalista no País. Conforme abordagem anterior (LENE, 2013), uma das ações foi a promoção de congressos e palestras. Já em sua fundação, estava clara a preocupação com o ensino do jornalismo, bandeira que seria retomada no I Congresso Brasileiro de Jornalistas, iniciativa da ABI, e que só se tornaria realidade em 1935, quando Anísio Teixeira instituiu a primeira cátedra de Jornalismo na Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro.

Foi durante o primeiro mandato de João Guedes Mello que foi promovido o I Congresso Brasileiro de Jornalistas, no dia 9 de setembro de 1918. Os participantes do evento, reunidos no auditório da ABI, aprovaram moção endossando a proposta histórica de Gustavo de Lacerda para a criação de uma escola de jornalismo. Essa foi a primeira tentativa de unir nacionalmente os jornalistas.

Como parte do processo de fortalecimento da formação da categoria, Mello estabeleceu a realização de palestras jornalísticas, “que eram assistidas sempre por elevado número de

associados e eram proferidas por Azevedo Amaral, Carlos Fernandes, Júlio Lopes de Almeida, Pinto da Rocha e outros bons profissionais” (MOREL, 1985, p.81).

O processo de profissionalização dos jornalistas ganhou força a partir do Decreto-Lei nº 910, de 30 de novembro de 1938, com o registro obrigatório dos jornalistas profissionais no Ministério do Trabalho.⁹ Apesar da legislação, os salários eram, em geral, pagos com atraso, predominando o sistema de vales. Mesmo com esses problemas, o jornalismo era uma profissão com um certo prestígio social. Muitas vezes era utilizada para ascensão social e obtenção de poder ou emprego público. Muitos indivíduos se aproveitavam do jornalismo apenas para – através do tráfico de influências – obter vantagens indiretas ou se iniciar na carreira política (RIBEIRO, 2007, p.287-288).

Devido à má remuneração, a formação cultural dos profissionais, sobretudo dos repórteres, era em geral ruim. São comuns, tanto nas entrevistas como nos depoimentos da época, reclamações a respeito do baixo nível intelectual da maioria dos repórteres, que, apesar de dominarem as técnicas de apuração e investigação, não sabiam muitas vezes redigir. Havia, no entanto, uma elite de jornalistas bem preparados, geralmente formada nas Faculdades de Direito, mas a maioria não tinha sequer concluído o ensino médio (*ibid.*, p.288-289).

A Faculdade de Direito, na República Velha, era a principal instância de produção ideológica, concentrando inúmeras funções políticas e culturais, e, não era de espantar que muitos jornalistas, principalmente dirigentes e acionistas dos jornais, eram egressos dessas academias (BARBOSA, 2000 e 2010). Alguns eram oriundos também das escolas de Medicina e Engenharia.

A criação do ensino superior foi outro passo fundamental no processo de profissionalização dos jornalistas. Esta era uma reivindicação antiga de alguns jornalistas mais engajados.¹⁰ A ABI teve entre seus propósitos iniciais a criação de uma escola ou de um curso de preparação para jornalistas. A ideia, que não se concretizou logo no início, se manteve nas demais gestões e foi retomada, então, no I Congresso de Jornalistas. Como não seria oficial, não poderia dar diploma de bacharéis. Seu objetivo era propiciar a seus alunos o ensino de matérias julgadas necessárias à prática da profissão.

Em 1935, Anísio Teixeira, tentando mudar as estruturas educacionais do Rio de Janeiro, criou a Universidade do Distrito Federal. A UDF abrangia vários ramos do saber e da

⁹ Na época, existiam nos quadros redacionais dos jornais as funções de redator, repórter, auxiliar de repórter e revisor. Mais tarde, com o Decreto-Lei nº 7.037, de 10 de novembro de 1944, criaram-se também as categorias de repórter de setor, repórter auxiliar, noticiarista, redator-auxiliar, subsecretário e secretário e estabeleceram-se os salários mínimos para as diversas categorias (e uma hierarquia da profissão dentro das redações).

¹⁰ Ribeiro (2007, p.292) registra que já em 1900 Theophilo Guimarães propunha a criação de uma escola de jornalismo.

cultura, oferecendo cursos absolutamente inéditos, como administração e orientação escolares, auxiliares de medicina e técnicas de laboratório, diplomacia, estatística, serviço social, biblioteconomia, arquivo e museus, arquitetura paisagística, cinema, jornalismo e publicidade. Mas a proposta da UDF para o ensino de jornalismo era distinta da preconizada pela ABI porque não se configurava em uma escola profissional para formar jornalistas em nível superior, mas de um curso universitário para refletir sobre o fenômeno ascendente da cultura de massa, correlacionando o jornalismo e a publicidade (MELO, 2000, p.84).

A organização do curso foi entregue a Pedro da Costa Rego, editor-chefe do *Correio da Manhã*, que o estruturou a partir de um enfoque pedagógico mais semelhante ao modelo europeu (valorizando a formação humanística) do que ao norte-americano (mais técnico-profissional). A experiência, entretanto, durou pouco. A UDF foi desativada pelo governo, em 1939.

A estratégia desenvolvida pela ABI para concretizar a ideia orientou-se no sentido de reivindicá-la perante o Estado, amarrando-a ao estatuto de regulamentação da profissão de jornalista. Em novembro de 1938, Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei nº 910, dispôs sobre as condições de trabalho nas empresas jornalísticas e criou as escolas de jornalismo, estabelecendo a exigência do diploma para o exercício da profissão. A resistência patronal foi grande e o decreto nunca se efetivou. Além disso, o governo federal, apesar de assumir o compromisso de patrocinar cursos, transferia a responsabilidade para os governos estaduais, que nada faziam, tendo em vista sua situação econômica.

Em 1943, Vargas tentou novamente, através do Decreto-Lei nº 5.480 de 13 de maio, criar o curso superior de jornalismo, desta vez não mencionando nada a respeito da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão. Foi estruturado, no sistema de ensino universitário, subordinado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Mas o primeiro curso regular do País foi montado pela iniciativa privada, na Fundação Casper Líbero. Vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Bento, da Universidade Pontifícia Católica (PUC) de São Paulo, e autorizado pelo Decreto nº 23.087, de 19 de maio de 1947 (RIBEIRO, 2007; BAHIA, 2000).

No Rio de Janeiro, o primeiro curso foi o da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Criado em 1948, funcionou com professores indicados pela ABI e com recursos financeiros obtidos junto à Companhia de Cigarros

Souza Cruz, da qual Herbert Moses era advogado. A turma inicial foi dispensada do vestibular e da prova de conclusão de estudos secundários (RIBEIRO, 2007, p.294).

Alguns professores das disciplinas específicas não possuíam formação profissional, mas eram jornalistas de renome. Dentre os primeiros docentes, estavam Danton Jobim, Celso Cunha, Josué de Castro, Celso Kelly, Fernando Tude de Souza e Marciel Dias Pequeno.

Verifica-se a participação efetiva da ABI na formação dos profissionais, sendo que entre os primeiros professores da Universidade do Brasil estavam profissionais que atuaram como presidentes da associação, como Celso Kelly e Danton Jobim.

Até a década de 1960, prevaleceu no ensino de jornalismo um caráter humanístico: formação clássica, como no modelo europeu, dando preferência à filosofia, história e literatura, além de cultura geral. Dos anos 1960 aos 1970, predominou uma organização curricular baseada no modelo norte-americano: estudo da comunicação sob o enfoque funcionalista e empírico (*ibid.*, p. 296).

Em 1965, a ABI apoiou a realização do Seminário Latino-americano de Ensino de Jornalismo e Comunicação (CIESPAL-ABI), evento que teve impacto significativo nos rumos do ensino em todo o país.

Outra relevante contribuição da ABI para o campo da comunicação, com conquista de reconhecimento nacional, foi a promoção, no Rio de Janeiro, em 1971, do I Congresso Nacional de Comunicação. A iniciativa foi de Danton Jobim e o evento reuniu empresários, profissionais, acadêmicos e representantes governamentais de várias áreas e tendências.

Com o tempo, a questão da formação superior em jornalismo foi ganhando força no processo de profissionalização dos jornalistas. Somente nos anos 1980, os grandes jornais do Rio de Janeiro e São Paulo se renderam à necessidade de criar mecanismos de recrutamento e estágio para seleção de estudantes que se candidatavam ao exercício profissional (BAHIA, 2009, p.441).

1.1.3 “Briga” com *Folha* e *O Globo*

Em abril de 2013, a ABI reagiu a matérias publicadas nos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*. Os dois periódicos publicaram reportagens no dia 7 de abril sobre uma suposta crise financeira e política da instituição. A *Folha* enfatizou que a tradicional entidade enfrenta processos judiciais que já lhe renderam a penhora de pavimentos de seu prédio histórico no centro do Rio, além de duas lojas que ficam no térreo do edifício.¹¹

¹¹ Reportagem da *Folha* de 7/04/2013: “ABI enfrenta ações judiciais, e parte de prédio é penhorada”.

O Globo destacou que a ABI atravessaria “um momento de séria crise política e financeira” e que poderia ter sua eleição, realizada em 26 de abril, para presidência, diretoria e conselhos da instituição, anulada pela Justiça. Isso em função de briga entre atual presidente da ABI, Maurício Azêdo, que encabeçou a chapa para um novo mandato de três anos, com a chapa de oposição, liderada pelo jornalista Domingos Meirelles, atual diretor financeiro da entidade e rompido com Azêdo.¹²

A oposição acusou o presidente de manobras irregulares para impedir o registro da chapa adversária, batizada de “Vladimir Herzog”. Azêdo, por sua vez, disse que alguns membros da chapa estão inadimplentes (o que impediria o registro), além do fato de que outros integrantes não são filiados a ABI.

Azêdo reagiu, evocou o direito de resposta previsto na Constituição, e a polêmica rendeu um “Erramos” por parte da *Folha*.¹³ Em relatório sobre o exercício 2012/2013, a atual diretoria da ABI acusou o jornal paulista de mentir sobre sua situação financeira. E o jornal publicou uma matéria para informar que o relatório classifica a notícia como parte de uma “campanha de descrédito e denegrição” da entidade promovida pelo jornalista Domingos Meireles.

O documento assinado por Azêdo afirmou que a *Folha* se baseou em informações “mentirosas, distorcidas e inexatas” para a produzir reportagem sobre a situação financeira da associação. Parte do edifício onde fica a ABI estaria, de fato, penhorada, mas a reportagem cometeu erro sobre valor da dívida de contribuição previdenciária. O valor atual é de R\$ 1.606.905,50 e não de R\$ 3.238.359,90, como foi informado no texto. E a *Folha* publicou o “Erramos”.

Com chapa única, eleita com 188 votos, a escolha transcorreu sub judice. A Justiça analisa ação impetrada por grupo adversário do atual presidente Maurício Azêdo, que foi reeleito. *O Globo* registrou o pleito. E a entidade publicou os desdobramentos e suas respostas em seu site.¹⁴

¹² *O Globo*, dia 7/04/2013: “Centenária, ABI enfrenta crise política”.

¹³ A *Folha* publicou, no dia 9/04/2013, o “Erramos: ABI enfrenta ações judiciais, e parte de prédio é penhorada”.

¹⁴ “A ABI contesta a *Folha* e o *Globo*”, de 24/04/2013; “Relatório da ABI acusa a *Folha* de mentir”, de 24/04/2013; “*O Globo* requenta noticiário e repete mentiras contra a ABI”, de 29/04/2013.

Este caso recente exemplifica o próprio papel da ABI, de reagir a supostos erros ou abusos da imprensa, e também de ser uma entidade que defende os jornalistas. Só que dessa vez ela foi parte do processo ao ter suas contas colocadas com informações reconhecidas como erradas pelo jornal paulista.

Verifica-se, nesse episódio, o capital simbólico da instituição, ao ser assunto de matérias nos dois principais jornais de circulação nacional, e ao ser alvo de conflito em função da eleição de sua diretoria. O que reforça seu papel na conformação do *ethos* jornalístico. Se a entidade nada representasse, os periódicos não a considerariam com valor-notícia suficiente para ser assunto em suas páginas.

2. ABI baiana: em busca de renovação

Assim como a ABI, a Associação Bahiana de imprensa (ABI) é uma entidade que coloca como seu principal valor, e também o da profissão, a liberdade de imprensa. Ela se constituiu como importante aliada para os jornalistas do Estado da Bahia no período de repressões da ditadura militar e contribui até hoje nessa defesa, além de fomentar discussões e promover eventos para contribuir para a formação dos profissionais da área de comunicação.

Após várias tentativas por parte dos jornalistas de se organizar uma congregação de classe, em 17 de agosto de 1930, a ABI iniciou suas atividades no Estado. Surgida na conjuntura política de 1930, em que o país enfrentava restrições à ordem pública e às liberdades individuais, excepcionalmente com a Revolução de 1930, a ABI, naquele ano, em função do “estado de sítio”, precisou adiar um de seus objetivos, a construção de sua sede – meta maior de seu primeiro presidente, Altamirando Requião.

Acontecimentos históricos como a Revolução de 1930, a ditadura da Era Vargas (de 1937 a 1945), II Guerra Mundial (de 1939 a 1945) e o Regime Militar (de 1964 a 1985) marcaram a trajetória da ABI e, em meio a essas turbulências, ela conseguiu inaugurar sua sede, em 2 de fevereiro de 1960, em prédio próprio no centro histórico de Salvador.

Como ressalta o jornalista Samuel Celestino (2000, p. 6), presidente da ABI, mesmo após o período do Regime Militar, a liberdade de expressão continua ameaçada no país, com censuras, agressões e até homicídios, além do risco de criação da “Lei da Mordaça”, que visava a criação de obstáculos à liberdade de informação.

Assim como na capital, o interior do Estado (principalmente) foi palco de inúmeros assassinatos a jornalistas e a ABI acompanhou esses acontecimentos manifestando apoio às famílias das vítimas e denunciando os suspeitos.

Em 15 de março de 1997, realizou um debate sobre os 30 anos da Lei de Imprensa, no qual enfatizou que mais de 10 anos depois do fim do Regime Militar, quase uma década após a constituição de 1988 ter garantido ampla liberdade de expressão e manifestação, a Lei de Imprensa vigente no país seria a mesma da ditadura.

No mesmo ano, a ABI firmou um convênio de Assistência Técnico Jurídica com a Ordem dos Advogados do Brasil/BAHIA, juntamente com o Sindicato de Jornalistas da Bahia (Sinjorba), para o acompanhamento de todos os casos que afetavam a liberdade de expressão.

Em 1997, divulgou um dossiê dos casos que envolviam jornalistas, no IX Encontro de Jornalistas em Prado, no Sul da Bahia. Participou de campanhas para a construção da Casa do Jornalista, inclusive a “de tijolos”, mobilizando dezenas de entidades, governos, empresas privadas e de fora da Bahia.

A ABI se faz presente em atos e manifestações em prol da cidade de Salvador e do Estado junto à sociedade civil. Em 1996, participou do “Movimento A cidade é Nossa”, no qual o presidente – na época, Samuel Celestino – se reuniu com 60 entidades, debatendo os assuntos mais importantes da capital. Além disso, apoiou a historiadora Consuelo Pondé de Sena sobre a necessidade de preservação dos museus da cidade e participou de discussões das tarifas de ônibus coletivos como membro do Conselho Municipal de Transportes, em diversas administrações.

Nas gestões dos jornalistas Jorge Calmon, Afonso Maciel e Samuel Celestino, o aprimoramento profissional ganhou destaque. Foram formadas várias parcerias com a Faculdade de Comunicação da UFBA que culminaram em seminários e cursos. Os concursos de reportagem ganharam espaço, especificamente, na gestão de Samuel Celestino (1987), com o objetivo de estimular os jornalistas baianos a desenvolverem seu trabalho com aprofundamento na abordagem dos fatos, um trabalho mais investigativo que fortalecia a comunicação com a sociedade.

A ABI possui atualmente um patrimônio que conta com: a Biblioteca Jorge Calmon, o Museu da Casa de Ruy Barbosa, o Museu da Imprensa, além do acervo de publicações aberto à consulta pública.

A entidade se define como uma casa de ideias, de debates e lutas pelo interesse coletivo. Portanto, tem preocupações com o que acontece além das redações e assessorias. Embora não exista um sistema federativo que reúna as associações de imprensa dos estados, a ABI baiana se coloca como “uma das mais representativas e combativas entidades de luta pela liberdade de imprensa, ao lado da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e a Associação Brasileira de Imprensa” (ABI, 2000, p.8). Sobre a entidade, o vice-presidente, o jornalista Ernesto Marques¹⁵, destaca que ABI é uma entidade que congrega não exclusivamente jornalistas, mas também radialistas, publicitários e também empresários e dirigentes de empresas da área:

Nossa pauta não é, por exemplo, temas acerca das relações de trabalho, a menos quando isso extrapola a relação entre empresa e trabalhador e invade a área do exercício livre da profissão (...). A ABI tem, desde a sua fundação, entre os seus objetivos principais: a defesa da liberdade de imprensa, da democracia. Na época da Ditadura Militar, a Bahia era destaque nacional como um dos lugares mais perigosos para os jornalistas trabalharem e eu acho que a gente cumpriu bem a nossa função. Tem uma atuação também, além dessa parte mais política, na defesa por interesses gerais, inclusive que não se referem exclusivamente a jornalistas, mas a toda a sociedade (MARQUES, 2012).

Para ele, trata-se de uma organização que tem um objetivo mais coletivo, para além das redações e assessorias. “É uma casa de ideias, de pensamentos, de debates e é uma casa também de lutas, de grandes lutas pelo interesse coletivo”, ressaltou.

Mas a instituição, em sua avaliação, precisa recuperar sua representatividade no próprio meio da comunicação, entre os jornalistas, publicitários, radialistas e empresários, trabalhadores:

Esse é um esforço que a gente vem empreendendo, tanto no resgate da história da imprensa, quanto na defesa da liberdade de imprensa, da liberdade de expressão, em debates sobre a cidade de Salvador, sobre temas de interesse do Estado, mais especificamente sobre a recuperação do Centro antigo da cidade, da preservação do patrimônio (MARQUES, 2012).

Verifica-se, portanto, uma preocupação de fortalecer o papel da instituição na atualidade, para efetivar um processo de renovação, com a entrada de novos sócios e envolvimento dos profissionais que estão ingressando no mercado.

¹⁵ Entrevista realizada com Ernesto Marques por Rafael Lopes em 22 de novembro de 2012, na sede da ABI, em Salvador.

Conclusões

A criação de associações e sindicatos fez parte do processo de legitimação e do fortalecimento do jornalismo como profissão e começou a partir da segunda metade do século XIX, nos Estados Unidos e na Europa. A profissionalização envolveu também a criação de cursos universitários e instituição de códigos deontológicos.

As duas associações citadas, e que partilham a sigla ABI, por serem voltadas para a defesa dos jornalistas e da liberdade de imprensa (um dos valores mais cruciais da cultura da profissão), são importantes simbolicamente para o campo do jornalismo, para o processo de profissionalização dos jornalistas e para aquilo que Barbie Zelizer (1993) chamou de uma “comunidade interpretativa” ou que Michel Maffesoli (*apud* TRAQUINA, 2005, p.24), chamou de “tribo”.

O que é ser jornalista parte de toda uma cultura constituída por uma constelação de crenças, mitos, valores, símbolos e representações que constituem o ar que marca a produção das notícias. A identidade profissional, isto é, um *ethos*, é definida por uma maneira de como se deve ser (jornalista)/estar (no jornalismo) (TRAQUINA, 2004, p.37).

Ao longo de seus 105 anos a ABI, o primeiro organismo cooperativo dos jornalistas do País, teve um papel significativo na construção da identidade profissional. Como lugar institucional e simbólico da defesa da profissão, a entidade, que faz parte do campo jornalístico, foi objeto de disputas, tensões de interesses entre seus próprios agentes, configurando-se não como uma instituição homogênea e monolítica da categoria, mas repleta de idiossincrasias. Contudo, contribuiu na percepção dos interesses próprios da categoria, tanto políticos quanto sociais, funcionando também como espaço de sociabilidade. E também para o fortalecimento do campo da comunicação no País.

Na Bahia, a ABI regional também encampou a bandeira de luta pela liberdade e atuou acompanhando, entre outras coisas, os casos de assassinatos de jornalistas. Ambas trabalham em seus discursos a ideologia da liberdade. Existe uma relação simbiótica entre o jornalismo e a democracia em que o conceito de liberdade está no núcleo de uma relação simbiótica e no centro do desenvolvimento do jornalismo.

Os jornalistas estiveram e estão na frente da luta pela liberdade e em sua defesa. Devido à importância desse valor, outros considerados essenciais dessa comunidade interpretativa é a independência e a autonomia dos profissionais em relação a outros agentes sociais (TRAQUINA, 2004, p. 131)

E esses dois são indispensáveis para garantir outro valor essencial: a credibilidade. A importância de mantê-la leva a um trabalho constante de verificação dos fatos e de avaliação das fontes de informação. Outros valores centrais no jornalismo são: a associação com a verdade e a busca pela objetividade (TRAQUINA, 2004, p.132).

E as associações de imprensa são instituições representativas da profissão e que cumprem um papel simbólico importante na defesa dos valores que conformam o *ethos* jornalístico. E sua atuação continua pertinente e necessária em um país que ainda precisa avançar em sua democracia e que ocupa, por exemplo, o 3º lugar no ranking das Américas em ataques à imprensa (atrás da Colômbia e do México) e a 11ª posição no índice mundial de impunidade contra crimes praticados contra jornalistas em represália direta por suas reportagens (COMITÊ DE PROTEÇÃO AOS JORNALISTAS, 2013).

Referências bibliográficas:

- ASSOCIAÇÃO BAHIANA DE IMPRENSA (ABI). **Liberdade com responsabilidade. Memória de posse da Diretoria da ABI (biênio 2011 – 2012)**. Salvador: EGBA, 2011.
- ASSOCIAÇÃO BAHIANA DE IMPRENSA (ABI). **Um Marco na História da Imprensa Livre**. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000.
- AZÊDO, Maurício. *Nossa vocação: a liberdade*. In: JORNAL DA ABI. Rio de Janeiro: ABI, 2008.
- BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio – imprensa, poder e público**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- BAHIA, Juarez. **História da imprensa brasileira - Jornal, história e técnica**. Rio de Janeiro: MauadX, 5ª edição, 2009.
- COMITÊ DE PROTEÇÃO AOS JORNALISTAS (CPJ). *Brasil ocupa 3º lugar em ataques à imprensa nas Américas*. In: <http://portalimprensa.uol.com.br/noticias/brasil/57855/>. Acesso em 22 de abril de 2013.
- LENE, Hérica. **Memória e história da Comunicação: a participação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no processo de profissionalização dos jornalistas**. In: Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM), v.2, n.1, janeiro de 2013/junho de 2013.
- LUCA, Tania Regina de. *A grande imprensa na primeira metade do século XX*. In: MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania R (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p.149-175.
- MELO, José Marques. **Costa Rego, o primeiro catedrático de jornalismo do Brasil**. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, Vol. XXIII, nº 1, jan/jun de 2000.
- MOREIRA, Sônia Virgínia. *Análise documental como método e como técnica*. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (org.) **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2005.
- MOREL, Edmar. **A trincheira da liberdade – história da ABI**. Rio de Janeiro: Record, 1985.
- PEREIRA, Moacir. *Gustavo de Lacerda: os sonhos de um repórter pobre*. In: Jornal da ABI, Edição Especial Centenário, vol.1, nº 328, abril de 2008.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, 4ª ed.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2004.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo – A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Vol. 2. Florianópolis: Insular, 2005.
- ZELIZER, Barbie. *Journalists as Interpretive Community*. Critical Studies in Mass Communications, vol.10, 1993.